

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA PERSPECTIVA DO CAPITAL SOCIAL: ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM DIFERENTES ABORDAGENS DE COTONICULTURA

Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Recife - PE - Brasil

E-mail: pthiagoadm@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4473-974X>

Recebido em 23/02/2021. Aprovado em 25/05/2021
DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v7i2.79551>

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de analisar o capital social no acesso ao apoio das organizações da sociedade civil em diferentes abordagens de cotonicultura no desenvolvimento territorial do sudoeste piauiense. O estudo é fundamentado em uma compreensão do desenvolvimento territorial e rural nas dimensões de governança, societal e ambiental, bem como diferencia os aspectos estrutural e de qualidade do capital social. Um estudo de casos múltiplos foi realizado, investigando a produção de algodão em um contexto empresarial de agronegócio convencional e em uma associação de agricultura familiar orientada para a agroecologia. As organizações da sociedade civil aparecem em ambos os contextos, como associações empresariais de produtores de algodão ou como organizações filantrópicas de apoio à agricultura familiar. As dimensões de governança, societal e ambiental do desenvolvimento territorial são expressas de formas diferentes, mostrando distinções nas estruturas e nas qualidades do capital social no acesso ao apoio das organizações da sociedade civil.

Palavras-chave: Estrutura social. Capital relacional. Agroecologia. Agronegócio. Desenvolvimento rural.

Territorial development in the perspective of social capital: civil society organizations in different cotton farming approaches

Abstract

The present study aims to analyze social capital in accessing civil society organizations support in different cotton farming approaches in the territorial development of Piauí's southwest. The study is based on an understanding of territorial and rural development in the governance, societal and environmental dimensions, as well as distinguishing the structural and quality aspects of social capital. A multiple case study was conducted, investigating cotton production in a business context of conventional agribusiness and in family farming association oriented to agroecology. Civil society organizations appear in both contexts, as business associations of cotton producers or as philanthropic organizations supporting family farming. The governance, societal and environmental dimensions of territorial development are expressed in different forms, showing distinctions in the structures and qualities of social capital with civil society organizations.

Keywords: *Social structure. Relational capital. Agroecology. Agribusiness. Rural development.*

1 Introdução

A mesorregião do sudoeste piauiense é um espaço geográfico caracterizado nas últimas décadas por dois importantes modelos de desenvolvimento territorial, que são as constituições de um agronegócio moderno tecnologicamente e de um patrimônio de preservação socioambiental. Em ambos os contextos, a cotonicultura está presente como uma atividade econômica e existem articulações organizacionais que formam capital social. Com interesse no desenvolvimento territorial do sudoeste piauiense, o presente estudo tem o objetivo de analisar o capital social no acesso ao apoio das organizações da sociedade civil em diferentes abordagens de cotonicultura.

Os debates sobre desenvolvimento territorial se intensificam na década de 1990, utilizando o conceito de território para compreender os efeitos de proximidade e os regimes de governança em nível local (LÉVESQUE, 2009). De acordo com Vieira (2009, p. 36), a dimensão territorial do desenvolvimento se refere ao lugar onde ocorrem os “processos coevolutivos de adaptação ao meio e de invenção cultural”, valorizando a participação comunitária na elaboração de estratégias e de instrumentos de gestão.

A capacidade de estratégias endógenas e sensíveis às especificidades do contexto local e regional é destacada nas discussões sobre desenvolvimento territorial, resultando em sistemas de desenvolvimento alternativos aos modelos promovidos pelos países desenvolvidos (VIEIRA, 2009). A noção de desenvolvimento territorial sustentável possui as características da criação de um paradigma econômico diferente do proposto pelos economistas neoclássicos ortodoxos, da transformação da economia a partir de abordagens explicativas com perspectivas normativas, da necessidade de participação democrática dos cidadãos, e da atenção concedida à equidade social e à qualidade de vida (LÉVESQUE, 2009). O território é um espaço de coordenação entre atores interessados na elaboração de soluções para problemas produtivos (PECQUEUR, 2009). Neste estudo, o conjunto de recursos associados a um grupo de pessoas ou uma rede de relações duráveis com capacidade para proporcionar benefícios coletivos é compreendido como capital social (BOURDIEU, 1980; 1986). Pressupõe-se que essa coordenação de atores nos territórios forma capital social para a realização dos propósitos organizacionais. Nesse sentido, este estudo coloca foco nas diferentes abordagens de cotonicultura no sudoeste do Piauí.

As discussões sobre desenvolvimento territorial dão suporte a uma reestruturação produtiva do meio rural, tendo em vista a geração de empregos e renda na agricultura (VIEIRA, 2009). Devido ao papel do Brasil como grande produtor agrícola na ordem mundial,

as discussões sobre desenvolvimento territorial no seu ambiente rural são ressaltadas. As reflexões sobre as abordagens na produção agrícola são provocadas desde a década de 1960, quando Rachel Carson (2002) já apontava os efeitos danosos da indústria de agroquímicos ao ambiente natural e aos seres humanos. O surgimento da química agrícola viabilizou um sistema orientado para extrair produtos e obter lucro imediato, mas também provocou um movimento que defende práticas alternativas que resgatam valores das sociedades camponesas com o equilíbrio entre questões relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica (ASSIS; ROMEIRO, 2002; GLIESSMAN, 2000).

O entendimento amplo sobre os problemas atuais de desenvolvimento ressalta que as pessoas são parte integrante do meio ambiente e que seus direitos se restringem às necessidades de manter as condições de vida (LOVELOCK, 2003). Assim, o engajamento da sociedade civil assume importância para discutir os problemas e soluções para o desenvolvimento territorial. Este estudo compreende que o desenvolvimento territorial requer um comprometimento mais forte com as responsabilidades de cidadania e da sociedade civil nos espaços públicos e comunitários. De acordo com Sen (2004), a cidadania pode assumir os papéis de considerar as pessoas como agentes capazes de pensar, atribuir valores e agir por si próprias; de fortalecer as oportunidades de participação em discussões públicas; de alcançar os objetivos ambientais garantindo a liberdade de escolha das pessoas, sem meios coercitivos; e de colocar foco na importância de liberdades específicas para que as futuras gerações possam escolher como querem viver. Portanto, acredita-se que as organizações da sociedade civil (OSCs) possuem importância no desenvolvimento territorial.

Quando se trata do desenvolvimento territorial do sudoeste piauiense, este estudo busca responder a seguinte questão norteadora: como o capital social no acesso ao apoio das OSCs é formado em diferentes abordagens de cotonicultura? A cotonicultura tem sido compreendida como uma atividade de construção e desenvolvimento territorial (VALENZUELA, 2018). As próximas seções aprofundam a discussão sobre desenvolvimento territorial e rural, destacando os principais programas e a importância do capital social. Em seguida, é apresentado o percurso metodológico realizado no estudo de casos múltiplos no sudoeste piauiense, com uma perspectiva de análise comparativa. Posteriormente, os resultados do estudo são analisados, ressaltando as estruturas e as qualidades de capital social no acesso ao apoio das OSCs. Por fim, as conclusões apontam as principais contribuições do estudo.

2 Desenvolvimento territorial e rural

O território é definido, segundo Lévesque (2009, pp. 117-118), como uma construção social e histórica, na qual encontra-se “um sistema de atores (empresas, associações, organizações etc.) cuja articulação é assegurada por diversos tipos de proximidades num meio natural e que está orientado, entre outras, para atividades de produção e de consumo”. O território é constituído por um espaço com dinâmicas específicas amparadas por atores locais, por um processo de delimitação geográfica e pela existência de recursos territoriais (PECQUEUR, 2009). As experiências de desenvolvimento territorial são fundamentadas em uma abordagem *bottom up*, na qual são ressaltadas as noções de endogeneidade, descentralização, autonomia e sistemas participativos integrados (VIEIRA, 2009). Pecqueur (2009) ressalta que o território é constituído por um grupo de atores interessados na obtenção de um ganho que beneficia cada membro. Godoi e Aguiar (2018) destacam o entendimento do território como espaços ligados necessariamente aos grupos sociais.

A ênfase no território, de acordo com Lévesque (2009), está associada à compreensão da economia plural, que considera as ações de reciprocidade e redistribuição, além das transações de mercado, nas análises dos processos de desenvolvimento regional. Nesse sentido, Lévesque (2009) afirma que os territórios que favorecem uma economia plural possuem proximidade geográfica (aglomeração de atores que acumulam atividades econômicas), proximidade organizacional (especialização numa área de conhecimentos) e proximidade institucional (especificação para produzir recursos específicos com base em normas compartilhadas). O desenvolvimento desse tipo de território requer uma governança local centrada em parcerias entre atores empresariais, governamentais e da sociedade civil, que seja capaz de assegurar a regulação e a resolução de conflitos (LÉVESQUE, 2009). Neste estudo, é colocado foco nas relações entre atores empresariais e da sociedade civil, especificamente no ambiente rural da cotonicultura piauiense.

A noção de desenvolvimento rural esteve associada, durante muito tempo, apenas à agenda de intervenções do Estado e de organizações internacionais para integrar as regiões rurais aos avanços tecnológicos da “Revolução Verde” (SCHNEIDER, 2010). Essa revolução foi caracterizada por mudanças tecnológicas de países desenvolvidos, que foram difundidas para os demais, dinamizando a agricultura capitalista e provocando alterações nas estruturas sociais das populações rurais (SCHNEIDER; ESCHER, 2011). De acordo com Schneider e Escher (2011), a “Revolução Verde” no Brasil teve início no período de desenvolvimento do segundo Pós-Guerra, e intensificou-se na década de 1970, sendo induzida por políticas de intervenção do Estado.

Esses autores destacam que os grandes produtores agrícolas foram os principais beneficiários das mudanças tecnológicas na agricultura, por se tratar de um modelo intensivo em capital, excluindo os produtores descapitalizados desse processo, sobretudo os agricultores familiares. Como resultado, a implementação das tecnologias que caracterizaram a “Revolução Verde” levou ao aumento de produção e produtividade, mas também proporcionou desigualdades econômicas, êxodo rural, desemprego, marginalização urbana, exclusão social, problemas ambientais e de saúde dos agricultores e consumidores (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

O conceito e a dinâmica de desenvolvimento rural, incluindo o papel da agricultura e das preocupações ambientais, têm sido pautados por algumas redes de especialistas articuladas por organizações internacionais (GAMEIRO; MARTINS, 2018). Novas abordagens sobre o desenvolvimento rural surgiram na década de 1990, no Brasil, juntamente com a estabilização da economia, o ativismo das OSCs e a incorporação da noção de sustentabilidade (SCHNEIDER, 2010). O desenvolvimento rural no Brasil tem sido fortemente influenciado pela intervenção do Estado, cuja agenda tem sido formulada mais com base em ideias de pensadores influentes do que pelas populações rurais demandantes. De acordo com Schneider (2010), as ideias desses estudiosos sobre o desenvolvimento rural se originam em diferentes bases teóricas, e constituem diferentes vertentes de pensamento, com algumas convergências e consensos. Tais convergências se referem à: caracterização do espaço rural na sua totalidade, incluindo interfaces e atributos que vão além das atividades agropecuárias; inserção das formas heterogêneas da agricultura familiar na economia capitalista; e necessidade de ações para combater as vulnerabilidades das populações rurais.

A noção de desenvolvimento territorial no meio rural amplia a participação dos atores sociais, mas vários casos demonstram fragilidades na formação dos colegiados, que não representam todos os segmentos sociais da agricultura familiar local ou apenas formam meios de acesso aos recursos federais, reproduzindo as estruturas já existentes de poder local (DELGADO; LEITE, 2011). A maior parte da agricultura familiar apoiada pelas políticas públicas é dependente e integrada ao mercado capitalista, enquanto outros segmentos que configuram uma diversidade no Brasil são alvos de ações assistencialistas, tornando-os consumidores dependentes (SABOURIN, 2007). A integração das populações rurais aos mercados capitalistas implicou em mudanças nas suas características tradicionais, resultando em uma diversidade de formas sociais rurais e relações de produção, circulação e consumo. Paralelamente à integração das populações rurais aos mercados capitalistas, acontecem movimentos de contestação (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Além das políticas governamentais, os processos de desenvolvimento rural podem ser compreendidos pelos resultados das ações executadas por movimentos sociais, empresas e redes de atores, que têm um papel importante nesses processos. Porém, os objetivos governamentais e dos atores sociais interessados no desenvolvimento rural de um território podem ser diferentes (PLOEG, 2011). A existência de protagonismo social requer a presença de atores com capacidade de construir relações de cooperação com outros e que sejam capazes de elaborar propostas de desenvolvimento rural para o território, contemplando as suas diversas demandas e direcionando a formulação de projetos coerentes (DELGADO; LEITE, 2011). Assim, o desenvolvimento rural se refere aos processos de mudanças, que influenciam na melhoria das condições objetivas de reprodução social das populações rurais e suas relações com toda a sociedade (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

O desenvolvimento rural no Brasil se refere a um conjunto de respostas às desigualdades sociais e espaciais existentes, que levam à construção de novos mercados ou padrões de funcionamento (PLOEG, 2011). Esses novos mercados, segundo Ploeg (2011), visam à demanda e à distribuição de produtos com características diferentes daqueles que circulam nos mercados de *commodities*, requerendo novos circuitos, infraestruturas físicas e arranjos sociais, que possibilitem trajetórias de desenvolvimento diferentes das que reproduzem as desigualdades sociais e espaciais. Atualmente, os sistemas agroalimentares são controlados hegemonicamente por empresas transnacionais, oportunizando a construção de outra trajetória de desenvolvimento rural a partir das diversas formas de organizações que existem no meio rural brasileiro (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

A diversidade da agricultura familiar inclui vários sistemas camponeses locais com autonomia em relação ao mercado capitalista e aos financiamentos públicos, ao mesmo tempo em que têm flexibilidade para atender mercados diferenciados e de proximidade (SABOURIN, 2007). O processo de desenvolvimento rural inclui novos padrões que se referem à expansão da heterogeneidade de agriculturas, com bases em recursos disponíveis localmente, inseridas em circuitos locais e regionais de distribuição dos produtos (PLOEG, 2011). Nas últimas décadas, as estratégias de desenvolvimento rural têm sido compreendidas com apoio na abordagem territorial, incluindo a participação das mulheres e seu protagonismo na economia familiar e em redes de solidariedade (GODOI; AGUIAR, 2018).

Schneider (2010) aponta alguns fatores decisivos que contribuíram para a emergência das discussões atuais sobre o desenvolvimento rural. Um dos fatores é a trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo

social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, juntamente com as mobilizações que influenciaram ações políticas. Outro fator é a crescente influência e ação do Estado no meio rural, com enfoque diversificado, apoiando os assentamentos de reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, as políticas de segurança alimentar, o combate às formas precárias de trabalho, a regularização fundiária, as populações tradicionais e as ações de desenvolvimento territorial. Mais um fator refere-se às mudanças no âmbito político e ideológico, que estabeleceram uma disputa entre a agricultura empresarial – destinada a produzir *commodities* para exportação – e as demais formas de produção da agricultura familiar – destinadas à produção para consumo local ou para o mercado interno. Um último fator diz respeito à discussão sobre sustentabilidade ambiental, que trouxe críticas ao modelo agrícola da “Revolução Verde” e levou à incorporação da questão ambiental nos modelos técnico-produtivos, gerando modelos alternativos como a agricultura orgânica.

3 A perspectiva do capital social

No campo sociológico, Bourdieu (1986, p. 241, tradução nossa) compreende o capital “como uma capacidade potencial de produzir benefícios e reproduzi-los em formas idênticas ou expandidas”, incluindo as formas de capital social constituído das relações sociais. O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão conectados a uma rede de relações duráveis ou a um grupo, que proporciona benefícios coletivos (BOURDIEU, 1980; 1986).

O capital social pode estar associado aos sistemas de governança. Brondizio, Ostrom e Young (2009) conceituam a governança como uma função social dedicada a conduzir grupos de pessoas na direção de resultados de benefícios mútuos e na prevenção de danos. Lévesque (2009, p. 129) esclarece que a governança é centrada “na relação de parceria entre os atores privados, públicos e da sociedade civil”, e também é importante para um capital social capaz de facilitar ações coerentes entre diversos atores. Assim, uma governança capaz de resolver conflitos é condição para a articulação entre proximidades geográfica, organizacional e institucional (mencionadas na seção anterior) (LÉVESQUE, 2009). Para a proteção dos ecossistemas e o bem-estar das populações no desenvolvimento sustentável, a governança ambiental, facilitada pelo papel das instituições capazes de gerenciar sistemas complexos, é uma forma importante de capital social (BRONDIZIO; OSTROM; YOUNG, 2009).

O elemento societal no desenvolvimento territorial pode ser fonte de capital social. Uma característica central da economia dos territórios, segundo Pecqueur (2009), é a relevância da historicidade e da memória coletiva na construção social de um capital cognitivo coletivo, como uma capacidade de aprendizagem do grupo e de participação dos atores locais. A participação é um forte elemento para o capital social de redes colaborativas presentes em um território, que está associado à promoção de objetivos compartilhados, agrupamentos voluntários e proximidade das pessoas (MACKE; SARATE, 2015). Macke e Sarate (2015) esclarecem que essa participação pode acontecer no envolvimento em associações, voluntariado e festividades comunitárias. Esses autores ainda ressaltam que as discussões sobre problemas comuns, trocas de informações e experiências práticas são facilitadas pela participação, sendo um elemento importante para a elaboração de soluções e a construção de um sentido de pertencimento.

A importância das redes de relacionamentos tem dado suporte na compreensão dos desafios contemporâneos da produção agroalimentar, que incluem a busca de formas sustentáveis e preocupações com impactos ambientais, entre outras questões (SCHNEIDER, 2010). O capital social, incluindo a constituição e fortalecimento de redes sociais, tem um papel importante no alcance dos objetivos de práticas agrícolas com princípios ecológicos nas comunidades rurais e em ganhos de desenvolvimento sustentável (GALICIA-GALLARDO *et al.*, 2019). O capital social de produtores orientados para sustentabilidade, segundo Galicia-Gallardo *et al.* (2019), reflete confiança nos diversos atores envolvidos na mesma orientação, afetando os relacionamentos entre as pessoas e promovendo a capacidade de mudança e resolução de problemas. Por outro lado, Galicia-Gallardo *et al.* (2019) afirmam que o capital social é menor para os produtores com orientação convencional, com foco individual no mercado.

Os diferentes tipos de capital, inclusive o capital social, estão distribuídos em estruturas de grupos sociais com seus padrões e restrições estruturais, que determinam as oportunidades para os indivíduos (BOURDIEU, 1986). Os conjuntos de laços sociais entre diversos atores constituem redes que facilitam ganhos de capital social, permitindo o alcance a fontes de diferentes conhecimentos. A ausência de determinados laços sociais são furos estruturais, que inibe o fluxo de informações entre as pessoas (BURT, 2007). De acordo com Burt (2007), as pessoas com redes sociais que ultrapassam furos estruturais possuem vantagens sobre as outras confinadas em um grupo densamente interconectado.

Burt (2007, p. 121) esclarece que os ganhos mais substanciais para os atores em uma rede acontecem por intermediação direta, podendo ser ainda superiores se ocorrerem intermediações de segunda mão simultaneamente. Essas últimas ocorrem quando a transferência de informações acontece entre grupos com os quais as conexões são apenas indiretas, como por amigos de amigos. A intermediação entre grupos permite a efetividade de atividades conjuntas (SAMPAIO; MARINI; SANTOS, 2018). Por sua vez, os menores ganhos acontecem em redes fechadas, sem o estabelecimento de qualquer intermediação com outros grupos (BURT, 2007).

As ligações múltiplas entre organizações formam agrupamentos coesos com alta densidade de relações internas (BURT, 2007) e constituem capital social na forma de união dos laços (PUTNAM, 2002), com a propriedade de fortalecer os valores que são transacionados. A densidade na rede pode ser facilitada pela proximidade geográfica das relações (SAMPAIO; MARINI; SANTOS, 2018).

Além da estrutura das redes na formação de capital social, Putnam (2002) também destaca a importância das relações de confiança e dos compartilhamentos de significados entre os atores, que são compreendidos, neste estudo, como elementos que atribuem diferentes qualidades ao capital social. Nesse sentido, a qualidade do capital social inclui a constituição simbólica nas trocas de conhecimento e de reconhecimento que, segundo Bourdieu (1986), estabelece os relacionamentos escolhidos por meio de apreciação subjetiva de valores e o poder de representar a expressão de um grupo.

Um capital social é produzido para os indivíduos que realizam atividades que se enquadram em categorias de percepção e apreciação pelos demais membros do grupo, tomando uma determinada qualidade como parâmetro (DE KROM, 2017). A falta de confiança na vontade de um ator em manter determinado atributo de qualidade em longo prazo, bem como a falta de apoio e apreciação dos outros membros do grupo, são elementos que falham na produção de capital social. A disposição de um ator para constituir capital social, recebendo apreciação pública sobre a qualidade de suas atividades produtivas, se torna um mecanismo para mudanças comportamentais em longo prazo, nas normas socioculturais e em suas preferências, que são orientadas para o alcance de determinada qualidade. Esse capital social, constituído pela apreciação positiva dos membros do grupo, proporciona participação substantiva em arranjos que fortalecem a viabilidade em longo prazo do comportamento produtivo (DE KROM, 2017).

O presente estudo propõe que o capital social no acesso ao apoio das OSCs é constituído de maneiras diferentes na sua estrutura e a na sua qualidade em uma mesma atividade econômica e espaço. Por meio deste artigo, diferentes trajetórias de desenvolvimento territorial são ressaltadas, em função de distintas qualidades de capital social.

Para o presente estudo, a concepção de capital social elaborada por Lopolito, Nardone e Sisto (2011) é adotada, sendo capital social o conjunto de ativos relacionais que podem afetar a capacidade produtiva de uma organização. Esse conceito é adotado pela adequação ao contexto do estudo, semelhante ao realizado por esses autores, que avaliaram grupos de ações locais envolvidos em programas de desenvolvimento rural. Ao estudar programas de ação coletiva no meio rural da Itália, Lopolito, Nardone e Sisto (2011) compreendem o capital social constituído entre os atores do contexto como indicador da dimensão institucional de desenvolvimento. Tomando a contribuição desses autores como referência, o presente estudo adota o capital social para compreender o desenvolvimento territorial, considerando a importância das relações estabelecidas com as OSCs.

Castro, Lopes e Neves (2011) mostram que as articulações e o estabelecimento de relações estáveis por meio da confiança, em associações de produtores rurais de agricultura familiar, formam capital social que garante o sucesso de projetos públicos com as participações dos setores privado e da sociedade civil. A confiança e o engajamento contribuem para maior participação em ações conjuntas nos arranjos produtivos locais (SAMPAIO; MARINI; SANTOS, 2018). A realização de objetivos coletivos de organizações da sociedade civil, subordinando a dimensão econômica às questões sociais, culturais ou políticas, é manifestada na economia solidária (FRANÇA-FILHO, 2004). No Brasil, França-Filho (2004) explica que a economia solidária está relacionada, majoritariamente, às organizações mais modestas de “cooperativismo popular”, que são marcadas por condições precárias de desenvolvimento. Essas organizações dependem de uma série de organizações de apoio e fomento, como a Cáritas (entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cujas interações no desenvolvimento territorial do sudoeste piauiense são parte do objeto deste estudo. A importância do capital social é explorada no presente estudo para compreender o desenvolvimento territorial.

4 Percurso da pesquisa

O presente estudo tem o objetivo de analisar o capital social no acesso ao apoio das OSCs em diferentes abordagens de cotonicultura. Nesse sentido, é adotado o estudo de casos múltiplos como estratégia de pesquisa (YIN, 2005). Esse é um percurso de pesquisa que tem contribuído na compreensão das interações da sociedade civil organizada (MORAIS, FADUL; CERQUEIRA, 2018; CARMO, 2009) e das diferentes abordagens na agricultura (SENESI, CHADDAD; PALAU, 2013).

No presente estudo, as interações com OSCs são investigadas em dois casos. Um dos casos é referente à abordagem da cotonicultura empresarial no cerrado do sudoeste do Piauí, que é parte da fronteira agrícola denominada Mapitoba. O agronegócio nessa região é orientado para exportação e caracterizado por níveis altos de produtividade, alcançada com o uso de tecnologias avançadas na produção convencional de soja, milho e algodão, sendo o cultivo deste último a atividade focada neste estudo. Nesse contexto, o desenvolvimento é orientado pelas interações protagonizadas pelos agronegócios e suas organizações associativas. O outro caso se refere à abordagem da cotonicultura realizada na agricultura familiar em assentamentos rurais na caatinga do sudoeste piauiense. Essas famílias são relacionadas aos povos que habitavam nas proximidades do patrimônio ambiental e cultural da Serra da Capivara, possuindo uma história de pertencimento ao território. Essa abordagem é baseada na organização associativa das famílias produtoras e tem sido orientada para a aplicação dos ideais da agroecologia, cultivando algodão orgânico com a assistência técnica de outras OSCs e organizações governamentais. A região do sudoeste piauiense foi escolhida por ser um dos poucos espaços geográficos que compreende os dois contextos investigados simultaneamente.

A pesquisa foi realizada com um conjunto de procedimentos de coleta de dados, contemplando entrevistas, observações diretas e consultas a documentos. As entrevistas foram orientadas de maneira semiestruturada, questionando a identificação de atores influentes, o estabelecimento de relações de confiança e a resolução de problemas na cotonicultura. Na cotonicultura empresarial, foram entrevistados o diretor da Associação Piauiense dos Produtores de Algodão (Apipa), o gerente comercial e o engenheiro responsável pelos cultivos em uma fazenda de referência.

Na cotonicultura familiar, foram entrevistados a presidente, um gestor e dois membros de uma associação participativa de conformidade orgânica. Foram realizadas observações diretas no campo em estudo, que não foram sistemáticas ou participativas.

Aconteceram estadias nas principais cidades do território e visitas às organizações que protagonizam as diferentes abordagens na cotonicultura, realizando registros e anotações de campo. Em ambos os contextos, as visitas de campo permitiram observar a infraestrutura disponível na área de cultivo, as instalações de escritórios, o processo de descaroçamento e prensagem do algodão, a separação dos resíduos, a preparação logística e o armazenamento.

De maneira adicional, foram coletados documentos para aprofundar a compreensão sobre o campo investigado, que permitiram reforçar os dados obtidos nas outras fontes. Assim, os documentos assumiram um papel importante na triangulação dos dados, atribuindo maior segurança às evidências convergentes. Foram acessados documentos como o estatuto social da associação de agricultores(as) familiares, notícias do governo, ata de reunião no Ministério da Agricultura, relatório anual da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e revistas jornalísticas especializadas.

A análise dos resultados foi orientada para uma “síntese de casos cruzados”, seguindo a proposta de Yin (2005, pp. 163-167). A presente pesquisa investiga as interações sociais como unidades de análise, considerando que o capital social é constituído nas relações entre os gestores organizacionais e seus contatos. As interações sociais podem ser unidades de análise relevantes quando se estuda o que acontece entre determinados atores sociais, analisando suas características (BABBIE, 2010).

Para as análises das entrevistas, das observações e dos documentos, foram utilizados elementos da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2006), com unidades de registro temáticas para revelar os núcleos de sentido que compõem as falas dos entrevistados, as anotações de campo e os textos dos documentos. A análise de conteúdo na perspectiva elaborada por Bardin (2006) constitui três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretações. Para cada caso estudado, a análise dos resultados buscou evidências que foram agrupadas em categorias referentes aos aspectos da estrutura e da qualidade do capital social. O Quadro 1 apresenta essas categorias de análise que orientaram o estudo.

QUADRO 1 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Aspectos do capital social (LOPOLITO; NARDONE; SISTO, 2011)	Estrutura	Configuração da diversidade de contatos em rede
	Qualidade	Estabelecimento de relações de confiança e cooperação Afinidade nas opiniões sobre soluções de problemas

Fonte: O autor (2021).

Ao longo das análises da estrutura e da qualidade do capital social, também foram destacados elementos de desenvolvimento territorial em suas dimensões de governança (proximidades geográfica, organizacional e institucional), societal (ganhos em sistemas participativos) e ambiental (preocupações ambientais e de sustentabilidade). Essas análises foram agrupadas em temas revelados a partir dos resultados, que foram cruzados entre os casos estudados, buscando identificar divergências ou convergências. Esses resultados foram analisados e organizados quanto a sua aderência à estrutura ou à qualidade do capital social.

5 A estrutura do capital social no acesso ao apoio das OSCs

Por meio de uma relação formal estabelecida com o Projeto Dom Hélder Câmara, a associação de cotonicultura familiar estudada recebeu apoio técnico prestado pela organização Cáritas Diocesana, se tornando uma organização com relevância nas atividades da associação. A Cáritas é uma organização vinculada à Igreja Católica, que começou apoiar e fomentar projetos de geração de emprego e renda em comunidades pobres no país desde os anos 1980 (FRANÇA-FILHO, 2004). A relação de apoio entre a Cáritas e a associação de cotonicultura familiar estudada se manteve, mesmo com o término da relação formal que estabelecia a assistência técnica, como é ilustrado na seguinte fala de um membro da comissão de ética da associação.

O Projeto Dom Hélder Câmara e a Cáritas Diocesana são [organizações] parceiras nossa. A Cáritas, na época, os técnicos da Cáritas que atuavam lá pelo Projeto Dom Hélder Câmara [...]. Só esse ano que terminou esse contrato e até agora não tem outro contrato ainda... não ficou mais. Mas, mesmo assim, com os recursos deles, eles não nos deixou em mãos. Sempre iam lá visitar... ver como é que está... ajudar em fazer alguns controles de algumas pragas, se acaso tiver (Membro da Comissão de Ética).

A Igreja Católica assumiu um papel importante na história da sociedade civil organizada no Brasil, estimulando organizações populares, criando redes de solidariedade nos espaços locais das paróquias e incentivando práticas comunitárias (ANDION; SERVA, 2004). A Cáritas brasileira é uma organização inserida nessa trajetória e que, atualmente, influencia uma série de organizações de economia solidária, inclusive a associação de cotonicultura familiar estudada, prestando assistência técnica na produção orgânica de maneira vinculada ao Projeto Dom Hélder Câmara.

A entidade da Cáritas é a que acompanha todos os grupos... acompanha todos os grupos. Ela dá formação... capacita, tanto na parte da produção quanto na parte... na parte social né... na parte de políticas públicas... na parte da produção... tudo. A Cáritas é quem faz esse papel aqui dentro do assentamento e nessas outras comunidades também (Presidente da associação).

Uma associação de produtores orientados para o mercado tem a capacidade de realizar articulações e manter suas relações coordenadas e estáveis para alcançar objetivos comuns (CASTRO; LOPES; NEVES, 2011). A Abrapa, enquanto associação de produtores, é percebida como uma organização que influencia e é influenciada pelos cotonicultores empresariais, devido ao seu papel de representar e conferir legitimidade a seus membros em busca de soluções para os desafios do mercado. O seguinte trecho do relatório anual da Abrapa mostra essa questão.

As associações estaduais respectivas – Abapa, Agopa, Amapa, Ampa, Ampasul, Amipa, Acopar, Apipa e Appa – são um elo muito importante, tendo como objetivo representar os produtores nos estados e desenvolver projetos e ações para atender aos interesses do produtor e da sociedade em uma escala mais regionalizada (Relatório da Abrapa).

Os gestores da empresa de cotonicultura convencional estabelecem relações com a Abrapa, que tem a importância de representar os produtores de algodão perante órgãos nacionais e internacionais. A Abrapa é uma forma institucionalizada de delegação, que concentra capital social em um pequeno grupo de atores para representar, falar, agir e exercer autoridade em nome de todo o grupo com a contribuição pessoal dos seus membros. Identifica-se o poder simbólico conceituado por Bourdieu (1980). Para isso, a representação efetiva dos produtores de algodão pela Abrapa depende da presença de articulações entre os gestores das diversas organizações que a compõem. Essa associação

cria a oportunidade da constituição de um capital social organizacional entre diversos produtores de algodão, que é capaz de levar a melhorias na cadeia produtiva, por meio de uma organização que confere legitimidade a uma série de projetos e ações, como mostra o trecho do relatório da Abrapa a seguir.

Com o sentido de aumentar ainda mais a representatividade do produtor, a Abrapa agrega todas as associações estaduais, realiza as mesmas ações das associações em um nível nacional e promove a intermediação entre todos os membros do setor. Cabe ressaltar que é a Abrapa que representa todos os produtores de algodão nos processos de âmbito nacional e internacional, mas os resultados conquistados são também frutos dos esforços conjuntos com as associações estaduais (Relatório da Abrapa).

Na cotonicultura familiar, a confiança da associação estudada na Cáritas foi construída em função das melhorias de infraestrutura local que foram proporcionadas e da capacidade dessa organização proporcionar a construção e o desenvolvimento de competências para os agricultores, sobretudo no que se refere aos conhecimentos e práticas da agroecologia. Assim, é estabelecida uma relação que constitui um capital social de ponte, conforme o conceito de Putnam (2000). Esse capital social permite o acesso a fontes de informações não redundantes entre os membros da associação, transpondo uma lacuna estrutural, como é conceituada por Burt (2007). Essa forma permite a efetividade das atividades conjuntas (SAMPAIO; MARINI; SANTOS, 2018). A seguinte fala de um gestor da associação de cotonicultura familiar mostra essa questão.

A entidade que mais convive aqui é o Projeto Dom Hélder, que entrou aqui parece que em 2004. Essas obras aqui, que tem aqui tudinho, foi junto com o Projeto Dom Hélder... Projeto Dom Hélder e a Cáritas Diocesano, que são ligados. Eu, para mim... eu confio muito, porque só... para nós aqui mesmo, o tanto de benefício que têm dado para nós através dos conhecimentos... das coisas... cursos... e visitas... essas coisas tudo. Eu mesmo, posso dizer que aprendi muitas coisas depois do Projeto Dom Hélder (Gestor da associação).

A relação entre a associação de cotonicultura familiar e os técnicos que orientam as práticas agroecológicas resulta no acesso a informações não redundantes, que fortalecem uma afinidade cognitiva entre esses atores quando tais informações passam a compor as opiniões dos membros da organização. Essa questão é mostrada na fala de um gestor da associação a seguir.

Aí quando tenho uma dúvida, eu já ligo... se ele (técnico assistente) estiver aqui... eu já ligo para ele: "ei fulano, ei... está acontecendo isso, assim e assim... como é que eu resolvo?" Se for, por exemplo... se tiver uma praga na roça... que nem a gente teve o técnico que trabalha aqui no algodão, né? (Gestor da associação).

Ao observar a agroecologia como convergência nas atividades da associação de cotonicultura familiar e a Cáritas, os resultados mostram proximidades organizacional e institucional como elementos de governança no desenvolvimento territorial, que são discutidos por Lévesque (2009). Nesse contexto, a agroecologia também promove a dimensão ambiental do desenvolvimento territorial, como é apontado por Schneider (2010) e Gameiro e Martins (2018).

As articulações da empresa de cotonicultura convencional com a Apipa e a Abrapa se dão pela acumulação de experiências bem-sucedidas entre os gestores das organizações e os membros dessas associações. Putnam (2002) esclarece que o capital social tende a ser cumulativo, de maneira que as colaborações bem-sucedidas constroem conexões entre os atores, que facilitam as colaborações futuras para solucionar novos problemas de ação coletiva. De acordo com o engenheiro agrônomo responsável pelos cultivos da empresa de cotonicultura estudada, a articulação organizacional é constituída como:

[...] uma questão de parceria. Então é aquela coisa... quanto mais você tem uma parceria que funciona, mais você tem a probabilidade daquilo ali, né? É aquela coisa... você tem uma troca de informação e se diz que é compensador para ambos, então acaba sendo proveitoso (Engenheiro responsável pelos cultivos)

Ainda de acordo com o engenheiro agrônomo da empresa de cotonicultura:

[...] se eu passo uma informação e aquele lá confia naquilo lá, querendo ou não chega um momento que vai ter um cheque disso em alguma situação e se essas informações que forem trabalhadas não coincidirem, uma hora quebra esse elo aí. Então, eu acho que é bem por aí, né? Um está fazendo um trabalho que vai servir para o outro, então faz tipo um trabalho conjunto que vai passando (Engenheiro responsável pelos cultivos).

Os resultados no contexto da cotonicultura empresarial mostram proximidades organizacional e institucional, que são expressas na convergência de atividades nas associações estadual e nacional. Essas proximidades como elementos de governança no desenvolvimento territorial são discutidas por Lévesque (2009).

6 A qualidade do capital social no acesso ao apoio das OSCs

A criação da associação de cotonicultura familiar estudada e a formação de seus grupos de pessoas com interesses comuns foi estimulada pelo protagonismo do Projeto Dom Hélder Câmara, juntamente com a assistência da Cáritas. A formação desses grupos coesos teve a importância de democratizar as decisões sobre a aplicação dos recursos obtidos por meio do projeto e de promover ações coletivas. Dessa forma, o convívio entre os membros da comunidade se torna mais forte, criando mais oportunidades para o estabelecimento de relações de confiança. Essas relações proporcionam a acumulação de capital social de união, conforme é conceituado por Putnam (2000). O relato de um membro da comissão de avaliação destaca a formação dos grupos.

Primeiro, eles [do Projeto Dom Hélder Câmara] trabalham [...] preparando os grupos de pessoas, né? Trabalha todo mundo organizadinho [sic]. Em parceria. Todos juntos ali. Não é só o cara sozinho. E segundo, que essas ONGs... o Projeto Dom Hélder, a Cáritas Diocesano e as outras não trabalham com uma pessoa só. Trabalham com uma associação, e da associação é que a associação forma os grupos, né? Nas comunidades. (Membro da Comissão de Avaliação),

A Cáritas Diocesana desenvolveu uma relação de confiança com a associação de cotonicultura familiar estudada, inclusive, devido à capacidade dessas organizações em intermediar as relações da associação com outras organizações governamentais, representando as suas demandas. Os atores intermediadores facilitam a confiança entre outros que, de outra forma, não teriam contato, sendo responsáveis pelo preenchimento de lacunas nas redes sociais. Essa importância da intermediação é discutida por Burt (2007). Assim, a Cáritas é uma organização que assume o papel de facilitar as demandas da associação de cotonicultura familiar junto às organizações da administração pública, como mostra o seguinte trecho da fala de um membro da comissão de ética.

Depois que, assim, o Projeto Dom Hélder Câmara e a Cáritas chegou... assim, a gente conviveu e aprendeu mais. A gente teve uma visão melhor, assim, de conhecimento de como que a gente pode fazer até as nossas reivindicações mesmo junto aos outros órgãos. [...] Eles sempre têm muitos conhecidos. É muito conhecimento para saber como até mesmo procurar seus direitos em outros [órgãos] governantes (Membro da comissão de ética).

No contexto da cotonicultura empresarial, os interesses políticos de alguns atores são um entrave ao estabelecimento de confiança com a Apipa. Com base na opinião da direção executiva dessa associação, as ações motivadas por interesses políticos são contrapostas com as ações motivadas pelos interesses coletivos dos seus membros.

De maneira predominante, as relações entre os membros das associações de cotonicultura convencional constituem um capital social baseado na confiança, que é reforçado por ações de colaboração bem-sucedidas entre eles. Mas, a direção da Apipa destaca que essa confiança não surge nas relações com membros que buscam realizar ações para atender interesses políticos ou pessoais. As implicações das ações oportunistas são discutidas por Putnam (2002). Na seguinte fala, o diretor executivo da Apipa considera que o efeito negativo da busca de interesses políticos na constituição de relações de confiança é semelhante ao efeito de ações oportunistas que buscam realizar interesses exclusivamente particulares, em oposição aos interesses coletivos.

A única complicação que há é quando se têm esses enormes interesses políticos nas associações ou nas entidades. Quando você encontra, nesse ponto, alguém que tem interesse político ou até interesse pessoal, aí complica. [...] O cara já pensa num cargo, principalmente na área das federações, dos sindicatos dos produtores rurais (Diretor executivo da Apipa).

Na cotonicultura familiar, existe afinidade cognitiva entre os membros da associação estudada e os técnicos da Cáritas quando se trata da identificação de problemas e implantação de soluções. A relação de afinidade entre essas organizações permite que exista contato entre elas, que vão além das relações formais. Um membro da comissão de ética afirma que quando existe alguma dúvida, “mesmo sem a assessoria [formal], mas nós corremos atrás dos técnicos da Cáritas, que já atuaram com a gente”.

A transparência promove a dimensão societal do desenvolvimento territorial, que também é promovida na gestão da associação de cotonicultura familiar, uma vez que adota processos de decisão democráticos e participativos na identificação de problemas e implantação de soluções. Esse aspecto é reforçado pela relação que a associação estabelece com a Cáritas para obter suporte técnico, como é destacado na fala a seguir da presidente da associação.

Eles (os técnicos da Cáritas) levam em conta principalmente o que a gente já sabe. Eles não vêm... claro que eles dão as dicas de como melhorar... mas, eles não dizem assim: "ah não, desse jeito aí não pode", "não tem que ser feito desse jeito". E todo projeto que teve aqui até hoje foi construído coletivamente. Nenhum projeto veio assim para dizer: "ah não, nós temos isso aqui para vocês e pronto!". Isso aí, a gente tem experiência que não dá certo (Presidente da associação).

Os resultados do contexto da cotonicultura familiar mostram que o capital social no acesso ao apoio das OSCs tem a qualidade de promover a dimensão societal do desenvolvimento territorial, ressaltando a importância da participação social, que é discutida por Pecqueur (2009). Os registros das observações nesse contexto também mostram uma organização participativa, destacando as mulheres agricultoras em posições de gestão (GODOI; AGUIAR, 2018).

As relações entre as associações de produtores na cotonicultura convencional e as organizações governamentais passam por diferenças de interesses, que não permitem o estabelecimento de relações mais próximas e, por sua vez, de afinidade cognitiva na identificação de problemas e implementação de soluções. Nessa questão, é possível observar a inter-relação entre as dimensões estrutural e cognitiva do capital social, que é elaborada conceitualmente por Tsai e Ghoshal (1998). Ao lembrar-se da infestação da helioverpa na produção de algodão, que causou prejuízos econômicos significativos na safra 2012/2013, o gerente comercial da empresa de cotonicultura convencional destaca o papel assumido pela Abrapa de organização articuladora de soluções.

Teve o problema da helioverpa, que foi um problema seríssimo. Aí a gente vai e tem um seminário. A Abrapa chama todo mundo para conversar sobre a helioverpa. Aí vai... os principais produtores do Brasil vão falar o que aconteceu na fazenda deles e como eles resolveram. [...] Nosso diretor... vai lá e fala da experiência dele... o outro fala da experiência dele... para a gente tentar solucionar em conjunto o problema (Gerente comercial da empresa).

A associação promove a troca de experiências no enfrentamento de problemas comuns aos produtores, facilitando a constituição de afinidades cognitivas entre eles. Assim, é constituído um capital social com a disponibilidade para ser usado na resolução de problemas futuros, conforme é postulado por Lopolito, Nardone e Sisto (2011), assim como por Putnam (2002).

Nos interesses da Abrapa e de seus membros, existe uma orientação no sentido de aproximar a cotonicultura empresarial dos preceitos da sustentabilidade. Desde 2010, alguns produtores brasileiros de algodão associados à Abrapa têm sido licenciados pelo programa *Better Cotton Initiative* (BCI) para comercializar em nível internacional o algodão produzido, de maneira a promover as dimensões social e ambiental, além da dimensão econômica, do desenvolvimento. Daviron e Vagneron (2011) esclarecem que o BCI surgiu em meados dos anos 2000, por iniciativa de organizações interessadas em definir padrões de sustentabilidade para o cultivo de grãos, com base em parcerias, monitoramento e sistemas de rotulagem. O seguinte trecho do relatório da Abrapa sobre a cadeia produtiva do algodão brasileiro ilustra essa questão.

Atualmente, a Abrapa e a Better Cotton Initiative (BCI) têm trabalhado para unificar os critérios e indicadores de sustentabilidade em seus diferentes pilares. O objetivo dessa ação é permitir que, ao estar em conformidade com um único e abrangente protocolo – o Algodão Brasileiro Responsável (ABR) –, o produtor brasileiro possa obter o certificado ABR e, por livre opção, o licenciamento de comercialização BCI (Relatório da Abrapa).

No contexto da cotonicultura empresarial, os resultados mostram que o capital social no acesso ao apoio das OSCs tem a qualidade de promover o alinhamento coletivo dos interesses entre os atores envolvidos. Assim, é ressaltada a dimensão de governança do desenvolvimento territorial, que é discutida por Brondizio, Ostrom e Young (2009), bem como por Lévesque (2009). Ademais, a análise documental mostrou a implementação do programa ABR, ressaltando a qualidade de promover as dimensões societal e ambiental nesse contexto.

7 Conclusão

O presente estudo teve o objetivo de analisar o capital social no acesso ao apoio das OSCs em diferentes abordagens de cotonicultura para o desenvolvimento territorial do sudoeste piauiense. Ambas as abordagens estudadas estabelecem relações com OSCs, que são próprias do terceiro setor. A empresa de cotonicultura convencional faz parte da associação estadual, que constitui a Abrapa. As ações dos cotonicultores empresariais são direcionadas pela Abrapa, que busca soluções para os desafios que surgem na cotonicultura, representando e conferindo legitimidade a esses produtores. Uma associação como a Abrapa tem a finalidade de conseguir realizar objetivos comuns

de seus membros por meio de sua capacidade de articular produtores e manter suas relações coordenadas e estáveis (CASTRO; LOPES; NEVES, 2010). A Abrapa é constituída com base em um modelo de organização da sociedade civil que representa os interesses de seus membros perante o Estado. Por sua vez, uma organização com base filantrópica, como a Cáritas, busca apoiar e fomentar projetos de geração de emprego e renda em comunidades pobres no país (FRANÇA-FILHO, 2004; ANDION; SERVA, 2004). A associação de cotonicultura familiar estabeleceu uma relação com a organização Cáritas Diocesana, que se manteve de maneira informal mesmo com o término do vínculo formal, para receber apoio e assistência técnica na realização das suas atividades.

Os resultados do estudo ressaltam as diferenças entre as OSCs que dão suporte para as atividades da cotonicultura nas distintas abordagens em que são realizadas. Nesse sentido, a atuação da Abrapa é direcionada representativamente para atender demandas e obter benefícios para um grupo particular de interesse empresarial, enquanto a atuação da Cáritas é orientada de maneira filantrópica para dar suporte à população desfavorecida na agricultura familiar pelo sistema econômico vigente. Quanto às estruturas do capital social, o desenvolvimento territorial é promovido nas dimensões de governança tanto na cotonicultura familiar quanto na empresarial. Mas, na cotonicultura familiar, a dimensão ambiental também é ressaltada na estrutura do capital social no acesso ao apoio das OSCs, mostrando que a preocupação ambiental é um elemento estrutural, que cria condições para a realização dessa abordagem.

As relações da cotonicultura empresarial com a Abrapa e a Apipa têm maior afinidade cognitiva acerca da identificação de problemas no campo e da implementação de soluções, pois compartilham a urgência para implantar soluções, a fim de evitar perdas na produção. Essas associações podem levar a melhorias na cadeia produtiva por meio de ações que geram a oportunidade de constituição de capital social entre os produtores. Esse capital social é concentrado em um grupo de atores com poder simbólico para representar, falar, agir e exercer autoridade em nome de todo o grupo com a contribuição pessoal dos seus membros (BOURDIEU, 1980).

No caso da cotonicultura de base familiar, os resultados mostram uma forte afinidade cognitiva com os técnicos da Cáritas quando se trata da identificação de problemas e implementação de soluções. Essas organizações compartilham o interesse pela agroecologia como base de conhecimento para uma agricultura adequada ao sistema familiar de produção, enfatizando o convívio das populações rurais com o meio ambiente.

A atuação conjunta dessas organizações constituiu um capital social que manteve as relações por vínculos informais após a conclusão da parceria formal intermediada pelo PDHC.

Quando se trata da qualidade do capital social, a cotonicultura familiar promove a dimensão societal do desenvolvimento territorial, implementando sistemas participativos de avaliação. A cotonicultura empresarial, por meio da implementação do programa ABR, também promove a dimensão societal, sendo proativa nas relações de trabalho, bem como a dimensão ambiental. Esse programa, aproxima a cotonicultura empresarial às preocupações ambientais, sendo a adesão a essa iniciativa uma qualidade diferenciadora das relações associativas nessa abordagem. Além disso, a governança no desenvolvimento territorial também é um elemento de qualidade do capital social da cotonicultura empresarial com as OSCs, favorecendo aquelas que conseguem envolvimento coletivo no lugar dos interesses particulares individuais.

Ao discutir sobre desenvolvimento territorial na perspectiva do capital social, o presente estudo buscou contribuir para os domínios da gestão social e dos estudos organizacionais. Entretanto, o estudo teve como principal limitação a dificuldade de obter mais entrevistas com os atores que compõem o território. Ainda assim, a estratégia de investigação utilizada permitiu a análise de dados de outras fontes e o alcance dos resultados apresentados. Para futuras pesquisas, recomenda-se avançar na compreensão das preocupações ambientais nas diferentes abordagens da agricultura, bem como dos conflitos políticos nas associações representativas.

Referências

ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social**, v. 4, n. 7, p. 7-24, 2004.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, 2002.

BABBIE, E. R. **The practice of social research**. Belmont, CA: Cengage learning, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.

BOURDIEU, P. The forms of Capital. In: RICHARDSON, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BRONDIZIO, E. S.; OSTROM, E.; YOUNG, O. R. Connectivity and the governance of multilevel social-ecological systems: the role of social capital. **Annual review of environment and resources**, v. 34, p. 253-278, 2009.

BURT, R. S. Secondhand brokerage: evidence on the importance of local structure for managers, bankers and analysts. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 1, p. 119-148, 2007.

CARMO, S. A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis: considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape. BR**, v. 7, n. 4, p. 591-606, 2009.

CARSON, R. **Silent spring**. Boston, MA: Houghton Mifflin Harcourt, 2002.

CASTRO, L. T.; LOPES, F. F.; NEVES, M. F. Redes, capital social e marketing como elementos fundamentais para a agricultura familiar: uma experiência no projeto público de irrigação Jaíba. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 12, n. 3, p. 227-239, abr. 2011.

DAVIRON, B.; VAGNERON, I. From commoditisation to de-commoditisation... and back again: discussing the role of sustainability standards for agricultural products. **Development policy review**, v. 29, n. 1, p. 91-113, 2011.

DE KROM, M. P. M. M. Farmer participation in agri-environmental schemes: regionalisation and the role of bridging social capital. **Land Use Policy**, v. 60, p. 352-361, 2017.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape. BR**, v. 2, n. 1, p. 01-18, 2004.

GALICIA-GALLARDO, A. P. et al. Organic hibiscus (*Hibiscus sabdariffa*), social capital and sustainability in an indigenous non-governmental organization from La Montaña, Guerrero, Mexico. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 10, p. 1106-1123, 2019.

GAMEIRO, M. B. P.; MARTINS, R. C. O desenvolvimento rural sob regime de verdade: o discurso do Banco Mundial. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 13-37, 2018.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GODOI, E. P. de; AGUIAR, V. V. P. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018.

LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 107-144, 2009.

LOPOLITO, A.; NARDONE, G.; SISTO, R. Towards a comprehensive evaluation of local action groups in LEADER programmes. **New Medit: Mediterranean Journal of Economics, Agriculture and Environment**, v. 10, n. 1, p. 43, 2011.

LOVELOCK, J. Gaia: the living Earth. **Nature**, v. 426, n. 6968, p. 769-770, 2003.

MACKE, J.; SARATE, J. A. R. Collaborative networks dynamics and social capital: a brazilian case. In: CAMARINHA-MATOS, L.; BÉNABEN, F.; PICARD, W. (Eds). **Risks and Resilience of Collaborative Networks**. PRO-VE 2015, IFIP AICT, v. 463, p. 429-436, 2015.

MORAIS, J. L. M.; FADUL, É.; CERQUEIRA, L. S. Limites e desafios na gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: um estudo nos estados do nordeste do Brasil. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 238-264, 2018.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 79-106, 2009.

PLOEG, J. D. van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114-140, 2011.

PUTNAM, R. D. et al. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715-751, 2007.

SAMPAIO, G. C.; MARINI, M. J.; SANTOS, G. D. Capital social e ações conjuntas: um estudo de caso no arranjo produtivo de vinhos de altitude catarinense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 4, p. 605-622, 2018.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 180-219, 2011.

SEN, A. Why we should preserve the spotted owl. **London review of books**, v. 26, n. 3, feb. 2004.

SENESI, S.; CHADDAD, F. R.; PALAU, H. Networks in Argentine agriculture: a multiple-case study approach. **Revista de Administração**, v. 48, n. 2, p. 281-294, 2013.

TSAI, W.; GHOSHAL, S. Social capital and value creation: the role of intrafirm networks. **Academy of management Journal**, v. 41, n. 4, p. 464-476, 1998.

VALENZUELA, C. O. Procesos de arraigo y pervivencia de la agricultura algodonera familiar Chaqueña en el Norte Argentino. Aportes para el diseño de políticas públicas con equidad social y sostenibilidad ambiental. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 905-919, 2018.

VIEIRA, P. F. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.